

## SOBERANIA NACIONAL NO MUNDO GLOBALIZADO

---

*Salete Maria Polita Maccalóz\**

“A independência econômica anda de mãos dadas com a independência política. Ao desejar a independência, não somos diferentes de outros povos, como os EUA. Alguns podem chamar isso de nacionalismo e é o que realmente é: respeito, lealdade e entusiasmo pelo próprio país, além de legítimo otimismo e confiança em relação a seu futuro.”

*Walter Gordon, ex-Ministro das Finanças do Canadá*

É bastante diversificada a forma de analisar ou estudar a soberania nacional. Em tempos mais atuais a soberania moderna tem sido uma questão de território, real ou imaginário, e da sua relação com o seu lado de fora <sup>(1)</sup>. Nós vamos priorizar, neste confronto, a ordem civil interna, sem esquecer sua correlação com o exterior, porque estamos convencidos de que é o reflexo desta soberania interna que espelha o comportamento do país no concerto das nações.

Quando os países, recém-conformados nos seus territórios quase atuais, estabeleceram ou iniciaram as suas conquistas de mercados, principalmente após a Revolução industrial, na primeira metade da era moderna, eles conquistaram o que Karl Polany, em “A Grande Transformação”, chamou de “equilíbrio de poder para a política internacional”. Era a primeira de quatro instituições (mais o padrão-ouro, o mercado auto-regulável e o estado liberal) que geraram dois efeitos interessantes: o fim irremediável da civilização anterior e cem anos de paz entre as nações européias, de 1815 a 1914 – este, um fenômeno sem precedentes na história da humanidade. As guerras registradas foram rápidas, esporádicas e insignificantes se comparadas aos séculos anteriores, onde a média de anos de guerra fora de 67 anos.

Durante o século XIX, a paz internacional, garantida por interesses exclusivamente econômicos, pode ser chamada de pac commerce, porque as “altas finanças” assumiram o poder para sempre, perdendo-o em pequena monta em raros momentos. Esse momento de relativa tranquilidade no exterior, que se repete, garantido pelos interesses econômicos dos países e não pelos seus poderios bélicos, serviu para que os seus governantes dominassem as forças político-sociais internas. As conquistas dos direitos civis, iniciadas com a Declaração Universal dos Direitos do Homem, diga-se Revolução Francesa, foram interceptadas em nome da segurança interna, permanecendo na sua primeira feição apenas a cidadania jurídica, o reconhecimento da personalidade

\* PhD, Juíza Federal, Professora da UERJ, Conferencista, Escritora e Jurista

jurídica para cada indivíduo. O grande progresso da emergente industrialização deu-se pela desumana exploração do trabalhador, cujas reações foram sufocadas com o maior rigor. A máxima exploração dos trabalhadores para o crescimento das finanças deixa visível a cidadania apenas da classe dominante, com todas as liberdades políticas possíveis, em nome do liberalismo econômico, na expressão de mercado auto-regulável.

Das lições que o século XIX nos passa, a mais significativa, para o enfoque da soberania nacional, está na fragilidade a que foi reduzida a expressão popular, porque o ser humano foi reduzido à capacidade de trabalho, mero produto de negociação, sem qualquer possibilidade política, fazendo a riqueza imperialista com sua miséria total. Era o terreno propício para o nascimento do fabianismo, socialismo, anarquismo, comunismo, ou seja, a ideologia de oposição.

Se quisermos enfatizar a soberania nacional como reflexo da força popular e cidadã de um país, podemos ver que nesse período a ombridade das nações, nas relações internacionais, estava centrada na sua capacidade comercial e nos recursos financeiros disponíveis. Os países buscavam com mais ênfase a ampliação de seus mercados, o aumento de seu poderio bélico, sem grandes inovações, o que viria a acontecer na 1ª Guerra Mundial, mas não esqueceram a importância da liderança internacional e das necessárias alianças, como efetivamente aconteceu com a Santa Aliança e depois com o Concerto da Europa. Mas os valores que caracterizam a soberania nacional: respeito, lealdade e entusiasmo; sintetizados na expressão *nacionalismo*, já não existiam em relação às suas populações. Obviamente as elites faziam parte desses governos e não estão sendo consideradas no que apontamos como construção da cidadania.

Baixo os açoitados da pax commercio lentamente surgiu a reação popular, alimentada pela intelectualidade de líderes inesquecíveis, em um crescente tantas vezes interceptado, mas pode eclodir com toda a sua pujança dentro e depois da 1ª Guerra. Esse episódio marca o fim da paz “não bélica”, assim designada porque, mesmo não havendo guerras entre os países, não significa a paz almejada, sequer o conceito menor de paz pelas contínuas guerras intestinas, de diferentes matizes. O equilíbrio de poder, origem do nacionalismo moderno e das soberanias orgulhosamente mostradas, rompe-se no primeiro grande conflito mundial, para ser tencionado ao extremo durante a guerra fria, mesmo considerando as tentativas de se criar um organismo internacional, como a Liga das Nações, porque o imperialismo financeiro buscava ainda relações multilaterais.

Com as lutas sociais e a organização popular, de raízes fincadas no liberalismo econômico e sua marcante exploração, o status de cidadão ganhou um duplo fortalecimento, com a cidadania política – o sufrágio universal, e a lentíssima cidadania social – direitos trabalhistas e previdenciários. Os países que ostentam soberanias nacionais têm um ponto em comum a ser enfatizado como suporte desta postura: o RESPEITO aos direitos e liberdades individuais. Quanto mais engrandecida for a estatura cidadã, mais fortalecida está a liderança para o confronto internacional, menos ela se

verga às determinações externas, mesmo com prejuízos ou perdas econômicas. Se o período entre guerras serviu para os países signatários do Tratado de Paz, e todos os que a ele aderiram, apaziguarem os seus conflitos internos pela concessão esporádica de direitos civis (aqui também considerados nesta classificação os direitos trabalhistas e previdenciários), no plano internacional assistimos à humilhação dos vencidos, à escalada do comunismo real, e debacles econômicos, como o “crack” da Bolsa de Nova Iorque. Foram muitos os episódios e as lições desse período a orientar os planos e decisões do pós-2ª Guerra Mundial. O meio século que lhe segue, ou seja, a segunda metade do século XX é extremamente rica para o estudo da soberania nacional, mas em nome da brevidade vamos seguir o eixo do fortalecimento da cidadania e os seus reflexos no “fora”, nas relações externas.

Enquanto o mundo assiste aos EUA imporem uma constituição ao Japão, o “acordo” de Breton Woods aceita o dólar como a moeda das trocas internacionais e cria o FMI, o BIRD. É quando aquele país começa a mostrar sua verdadeira cara. Sua interferência agressiva na economia mundial não começou aí, e sua ingerência humilhante na América Latina também é anterior. A partir da 2ª Guerra ele entra na Ásia, com as mesmas estratégias de seu recente “ingresso” no coração da velha Eurásia, vergando o Paquistão e arrasando com o Afeganistão. Mas o mundo também assiste ao contraponto de uma outra grande potência, a URSS e todas as suas repúblicas alinhadas. O momento estava propício para a criação da ONU – Organização das Nações Unidas, onde, juridicamente, todos os países teriam a mesma soberania. O Brasil, no entanto, não faz parte do Conselho de Segurança, conformando-se com o discurso de abertura das assembléias ordinárias. No aspecto mais visível das relações internacionais a multilateralidade é respeitada, mas não são esses aspectos que precisam ser ressaltados, vamos lembrar a atuação dos EUA em relação aos países latinos, principalmente aquela de doutrinação ideológica de nossos militares. Este é um fato conhecido e muito bem denunciado e comprovado por Renné Dreiffus, em sua brilhante obra “A Queda do Estado”. “Fazer a cabeça” da oficialidade militar latina preparou o caminho para as futuras ditaduras militares, todas elas desencadeadas e implantadas sob o patrocínio direto daquele país.

No caso brasileiro, o golpe militar foi assegurado com a presença de navio de guerra estadunidense em águas territoriais. Este tipo de ajuda se estendeu por todo o período de repressão, inclusive com especialistas em tortura para ensinar aos policiais brasileiros. Os governos autoritários através de reformas econômicas e jurídicas iniciaram a “privatização” do estado e as bases do que hoje é classificado de globalização: o ingresso do capital estrangeiro com vantagens fiscais e alta lucratividade, em crescente endividamento; a montagem de uma nova ordem jurídica, através de duas constituições outorgadas; repressão, perseguições, prisões, torturas e mortes para os segmentos progressistas da sociedade; implantaram a censura e o fim das liberdades democráticas, tornando ausente o estado de direito; os conteúdos educacionais sobre realidade brasileira foram alterados e a reforma universitária tirou dos estudantes brasileiros a

possibilidade de participação política; os trabalhadores foram confinados em seus espaços de trabalho com a primeira regulamentação do direito de greve e a intervenção direta nos sindicatos; o habeas corpus foi suspenso e os direitos individuais começaram a ser desrespeitados, tudo isto com estreita colaboração do Judiciário, inclusive com a ampliação da competência da Justiça Militar para os crimes políticos e contra a organização do trabalho; a Amazônia foi retalhada para as empresas estrangeiras e a reforma agrária jamais foi realizada; os meios de comunicação foram entregues aos aliados e assegurada a impossibilidade da oposição conseguir uma rádio ou canal de televisão; o império dos incentivos fiscais fez nascer novas fortunas e a corrupção empresarial “terceirizou” a arrecadação tributária; e muito mais.

Tentando resumir todo um cenário que foi bem mais amplo e grave que as referências supra, pode-se dizer que a desmontagem da cidadania iniciou com a ditadura militar, gerente dos programas econômicos engendrados por economistas já vinculados ao grupo de F. Haiecker, tendo um deles participado da célebre reunião, em Mont Pelerian, na Suíça, em 1944, quando foram lançadas as premissas do neoliberalismo. A submissão de nossos governos, a partir de então, aos comandos dos EUA e suas agências especializadas – FMI e BIRD – sempre foi visível e humilhante para todos os brasileiros. Se as forças sociais e políticas estavam subjugadas, se a cidadania estava perdendo tamanho, se éramos declarados o “quintal dos USA” (expressão usada publicamente por Kissinger), como falar de soberania nacional? Se nos anos sessenta o FMI era uma sigla maldita e recebido com manifestação pública de “fora daqui”, a mudança de tratamento chegou à visão de hoje: entra no país como autoridade e a mídia só sabe dizer “não cumpriu o *acordo* com o FMI”.

Soberania depende de RESPEITO, LEALDADE E ENTUSIASMO, aspectos básicos do nacionalismo desejado. Pelo que estamos a ver, denunciado a todo instante, ao deslocar os direitos do cidadão para a bagagem de privilégios das empresas (o sujeito do econômico tão resguardado), vive-se um desrespeito sem precedentes na história da humanidade, por ser comparável apenas ao colonialismo. Desconstituindo os indivíduos para a simples condição de consumidores, único papel que lhes resta, o respeito aos seus direitos está concentrado no preço da compra e de quem compra. Estes são muito poucos diante do achatamento remuneratório e do desemprego. Diminuir o cidadão ao rele tamanho de um consumidor é um desrespeito para com a própria nação, pois esta é composta de povo, território e governo. Nós substituímos a expressão “povo” por CIDADANIA, significando toda a população como titular de direitos e no exercício destes direitos, principalmente os de quarta geração (moradia, educação, saúde, lazer, espaços urbanos etc.)

A lealdade deveria ser uma atitude mais visível nos atos de governo, nos dois exercícios da soberania, interno e externo. Lealdade para com a realidade e metas das comunidades, cada uma no seu contexto histórico e geográfico, mas inseridas na cultura nacional, como por exemplo, os povos indígenas. Lealdade à população urbana é deixar

de fazer das cidades apenas um espaço agradável para os escritórios das empresas. É repensar a arquitetura e transporte em razão de todas as pessoas, principalmente os idosos e portadores de deficiências físicas. É refazer todo o conteúdo do ensino básico, médio e superior, embutindo aí a necessária recuperação da auto-estima brasileira, estirpando a vergonha inconsciente de ser brasileiro. É priorizar o ensino público e acabar com a indústria do ensino privado, responsabilizando os milionários do ensino por toda a desqualificação dos profissionais por eles formados. Caminhar neste mesmo sentido em relação à moradia, principalmente saúde, transporte, cultura, mas, acima de tudo, em relação às informações conscientizadoras. Vivemos o estágio de sobrecarga de informações, uma poluição, em sua maioria desnecessárias, e as importantes, ou não são dadas, ou são diluídas no meio das vulgares. Por fim, entre tantas coisas que precisamos restabelecer, algumas são urgentes e dependem apenas de vontade política, como a restauração dos direitos trabalhistas e previdenciários, assim como as reservas técnicas do INSS, do FGTS e do PIS, para entregar a sua gestão ao seu verdadeiro titular. Fazer com que todas as instituições, públicas e privadas, não apenas o Judiciário, tenham controle externo, moldado para cada situação, assim as escolas privadas terão o controle de sua comunidade.

E a lealdade dos cidadãos entre si e para com o seu país? É um quadro bastante conhecido, de egoísmo irresponsável, de competição desenfreada, de vergonha de ser brasileiro, de valorizar apenas o que vem do estrangeiro, de angústia pela falta de horizontes. Refazer o caminho da lealdade nos obriga a exigir e criar: oportunidades iguais, não demagógicas como as quotas nos partidos, universidades e concursos públicos; qualidade e fraternidade em todos os relacionamentos, na velha imagem da ajuda mútua; defender e solidarizar-se com os fatos e direitos alheios porque são os seus próprios na cidadania comum; não esquecer que cada brasileiro é um pedacinho do país, uma partícula da humanidade, um pouco de cada um de nós. Se formos capazes de ser leais com os nossos concidadãos, estaremos preparados para a solidariedade e fraternidade universal, e para criar de fato um mundo melhor e possível.

E a lealdade no plano externo? Dos governantes devemos exigir a representação igualitária, a paridade, afastando de vez do vocabulário e dos corações as palavras que fazem uma escada, como “economia subalterna”, “dependente”, “ordens”, “comandos”. Queremos negócios justos que não nos humilhem e nos oprimam. Queremos honradez e lealdade em todas as nossas participações externas, não para crescer no olho do adversário, mas para fazer o brasileiro se orgulhar do seu país, de sua gente, com o entusiasmo de quem sabe ser igual e respeita todos os seus pares.

Sem outras demoras, construir a nossa soberania, nem maior nem menor do que aquela dos países irmãos, significa fazer o caminho contrário, exatamente o contrário do atual, obviamente com outras pessoas, outras cabeças e um grande apoio popular, na maior revolução social, cultural e política, sem armas e sem violências, reduzindo a indústria bélica às necessidades da cidadania e acabando com o monopólio dos meios

de comunicação, para que deixem de fazer “lavagem cerebral ideológica” e passem a ser um mero instrumento do grande processo cultural da educação, da informação, do lazer, do debate e da aproximação dos povos.

Temos a mais dura tarefa da história da humanidade, os adversários estão em todos os lugares e as suas armas são bastante complexas. Somos ambiciosos, queremos ganhá-los para esta causa, principalmente o cidadão, para caminharmos juntos na realização de metas e objetivos comuns.

*Soberania* deriva de *soberano*, rei, majestade. Os sinais exteriores desta condição, hoje em cada pessoa e, no conjunto, o país, são os direitos e a sua implementação. Este é o território do reinado de cada um. Como não se pode ser rei em território alheio, só seremos soberanos, aqui e em qualquer parte, se tomarmos a cidadania roubada.

*“Sou brasileiro, e bem brasileiro.  
(...) Quanto mais eu digo que pertenço a uma terra,  
a nossa terra, ao nosso país, mais universais nós somos.”*

Heitor Villa Lobos